

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.620.902 - RJ
(2019/0341989-4)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
EMBARGANTE : BRUNO BARBOSA DA SILVA - ESPÓLIO
EMBARGANTE : B M G B (MENOR)
REPR. POR : M DA G M DE P - INVENTARIANTE
EMBARGANTE : MAYONE DE LUNA CABRAL
ADVOGADOS : ALFREDO JOSÉ DE GODOI MACEDO - RJ005105
DANIELA RABELO MACEDO TOBLER MASTRANGELO -
RJ093417
LIVIA AMENDOLA MALECK SERPA - RJ174763
EMBARGADO : WANDA GONTIJO MARRA BARBOSA
EMBARGADO : ADHEMAR BARBOSA DA SILVA
ADVOGADO : BRUNO MENDONÇA STREVA - RJ128431

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo ESPÓLIO DE BRUNO BARBOSA DA SILVA E OUTROS em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta contradição no *decisum* embargado, considerando que os embargantes teriam prequestionado a tese atinente à decadência (e não prescrição), porquanto:

"Há assim, evidente confusão causada pelo V. Acórdão, ao manter a r. sentença, que reconheceu a prescrição, mas aduzir a decadência, sem promover qualquer reforma na r. sentença" (fl. 1.042).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na**

hipótese.

Registre-se que os fundamentos do recurso especial são efetivamente pela inocorrência da prescrição. Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente